



PARECER Nº , 2013 – CN

Da **Comissão de Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização**, sobre o Aviso nº 9, de 2013-CN, que “Encaminha, conforme o disposto no § 4º do art. 71 da Constituição Federal, o RELATÓRIO DAS ATIVIDADES do Tribunal de Contas da União referente ao exercício de 2012.”

Relator: Deputado FÁBIO RAMALHO

1 RELATÓRIO

Cuidam os presentes autos do exame do Relatório de Atividades do Tribunal de Contas da União - TCU referente ao exercício de 2012, objeto do AVN nº 9/2013-CN.

O Relatório foi encaminhado ao Congresso Nacional em cumprimento ao § 4º do art. 71 da Constituição Federal que assim dispõe:

Art. 71. O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual compete:

.....

§ 4º - O Tribunal encaminhará ao Congresso Nacional, trimestral e anualmente, relatório de suas atividades.

Observa-se que o TCU encaminhou o Relatório no dia 27 de março de 2013 (Aviso nº 263-GP-TCU, na origem), dentro, portanto, do prazo de sessenta dias após o período correspondente, conforme estabelecido no art. 293 do Regimento Interno daquela Corte de Contas.

O relatório apresenta os principais resultados da atuação do TCU, tanto na área do controle da gestão pública, quanto na área administrativa. Traz os referenciais

7EEOD77825

7EEOD77825



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

adotados pelo Tribunal no exercício das competências constitucionais e legais que lhe são afetas para o controle da Administração Pública.

O Presidente do TCU, Ministro Augusto Nardes, destaca que aquela Corte de Contas, como impulsionadora da racionalização do gasto público e mantenedora da moralidade administrativa, visando à melhoria da Administração Pública, torna disponíveis aos gestores orientações, determinações, recomendações e avaliações, com o objetivo de corrigir falhas, evitar desperdícios e melhorar a gestão e o desempenho de órgãos, entidades e programas de Governo.

Destaca, no exercício de 2012, a apreciação das Contas do Governo da República de 2011, encaminhada ao Congresso Nacional para julgamento. Nesse exame, o papel do TCU vai além da mera verificação da conformidade dos balanços apresentados, da execução orçamentária, da situação patrimonial e das questões contábeis. Neste caso, o TCU elabora verdadeiro instrumento voltado ao aperfeiçoamento da Administração Pública, cuja análise e conhecimento são essenciais ao exercício da gestão pública.

Também aponta como relevante o relatório consolidado das fiscalizações em obras públicas custeadas com recursos federais, cujo montante fiscalizado, em 2012, superou R\$ 38 bilhões. A atuação técnica e especializada do TCU na fiscalização de obras, além de trazer diversos benefícios para o Estado e para a sociedade, possibilitou a conclusão de empreendimentos com os padrões necessários de qualidade, preço e prazos.

Prossegue destacando que a atuação do Tribunal gera expressivos benefícios financeiros ao Erário, mensuráveis e não mensuráveis. No ano de 2012, tais benefícios superaram R\$ 12 bilhões, o que significa que para cada real investido no Tribunal o País economizou R\$ 9,31. Isto sem contar a atuação prévia do TCU, por meio da adoção de medidas cautelares, que envolveu a cifra de R\$ 13,96 bilhões. Tais resultados evidenciam o mérito da visão proativa adotada pelo Tribunal em relação à despesa pública.

7EEOD77825

7EEOD77825



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

O Relatório apresentado está estruturado em oito grandes blocos de informações, a saber:

- I. Nossos Principais Resultados;
- II. Principais Trabalhos;
- III. Sobre o TCU – competências e jurisdição, estrutura e deliberação dos colegiados;
- IV. Atividades de Controle Externo – fiscalizações realizadas, processos de controle externos autuados, medidas cautelares, condenações e sanções etc.;
- V. Contas do Governo da República;
- VI. Obras Públicas Fiscalizadas;
- VII. Relacionamento com o Público Externo; e
- VIII. Atividades Administrativas.

Os principais benefícios e resultados decorrentes das atividades desenvolvidas pelo TCU no ano de 2012 estão sintetizados no Relatório da seguinte forma:¹

O TCU EM NÚMEROS

BENEFÍCIO POTENCIAL TOTAL DAS AÇÕES DE CONTROLE	R\$ 12,70 bilhões
Medidas cautelares adotadas	132
Prejuízos e danos evitados com a adoção de medidas cautelares	R\$ 13,96 bilhões
Responsáveis condenados em débito e/ou multados	2.120
Valor das condenações	R\$ 1,312 bilhão
Processos de cobrança executiva formalizados	3.007
Valor envolvido nos processos de cobrança executiva	R\$ 1,63 bilhão
Responsáveis inabilitados para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança na Administração Pública Federal	89

¹ O Relatório completo está disponível na Secretaria e na página da *internet* da CMO: <http://www.camara.gov.br/internet/comissao/index/mista/orca/outrasmaterias/2013/AVN-009-2013-Avulso.pdf>

7EE0D77825

7EE0D77825



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Empresas declaradas inidôneas para participar de licitações na Administração Pública Federal	47
Denúncias sobre indícios de irregularidades na aplicação de recursos públicos recebidas pela Ouvidoria do TCU	2.092
Processos julgados conclusivamente	5.647
Acórdãos proferidos	19.651
Atos de pessoal analisados	105.157
Fiscalizações concluídas	1.438

Fonte: Relatório Anual de Atividades do TCU - 2012

1.1 Principais trabalhos do TCU em 2012

O Relatório apresenta as principais ações de controle empreendidas pelo TCU em 2012, por área temática, consignando o resultado das fiscalizações e as medidas corretivas adotadas, quando necessárias. O resumo dessas fiscalizações está assim apresentado no Relatório:

1.1.1 Infraestrutura – Minas e Energia

- a) aprova o Parecer Prévio sobre contas do primeiro ano da gestão da Presidente Dilma Rousseff;
- b) aprovou o relatório de fiscalização de obras 2012 (Fiscobras);
- c) propõe medidas para evitar apagões;
- d) aprova o segundo e o terceiro estágios da fiscalização para compra de energia elétrica (A-5);
- e) determina auditoria para verificar licenciamentos das hidrelétricas de Jirau e Santo Antônio/RO;
- f) identifica falhas na gestão da Reserva Geral de Reversão - RGR da Eletrobras;
- g) faz recomendações para melhorias no sistema de gestão da Eletrobras;
- h) realiza acompanhamento de leilão para compra de energia elétrica;
- i) investiga incoerência nas obras da Usina Termonuclear de Angra III;

7EE0D77825

7EE0D77825



- j) encontra irregularidades em procedimentos da Petrobras;
- k) Programa “Luz para todos” apresenta falhas de execução e atrasos;
- l) recomenda medidas para aperfeiçoar fiscalização de atividades de mineração;
- m) identificou risco de prejuízo de R\$ 28 milhões no sistema de transmissão Porto Velho-Rio Branco;
- n) realiza auditoria operacional na Agência Nacional de Petróleo;
- o) Agência Nacional do Petróleo falha em controles de segurança em plataformas *offshore*;

1.1.2 Infraestrutura – Transportes

- a) TCU e Governo Federal discutem custos de obras públicas;
- b) determina que o Dnit solucione irregularidades em obras de manutenção de Rodovia;
- c) TCU avalia editais da concessão dos aeroportos de Guarulhos, Viracopos e Brasília;
- d) alerta Infraero para irregularidades em edital das obras do Galeão;
- e) identifica desequilíbrio econômico-financeiro em contrato de concessão de rodovia no Paraná;
- f) identifica falhas na atuação da ANTT no setor ferroviário;
- g) identifica irregularidades em obras na BR-101/RJ;
- h) deficiência em manutenção feita pelo Dnit compromete pontes e viadutos;
- i) aponta irregularidades em obra do metrô de Fortaleza;
- j) encontra sobrepreço em obras da BR-163 no Pará;
- k) detecta falhas em projeto para revitalização da BR-101/BA;
- l) detecta sobrepreço em obras da BR-364 em Mato Grosso;
- m) alerta para atraso em reforma do Aeroporto de Manaus;

7EE0D77825

7EE0D77825



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

- n) contrato para obras do complexo viário de Guarulhos continua irregular;
- o) Decea deverá rever pagamentos por serviços de suporte ao controle aéreo;
- p) irregularidades em contratos para obras do Aeroporto de Macapá serão apuradas em tomada de contas especial;
- q) aprova primeiro estágio de arredamento para obras no Porto de Itaguaí/RJ;
- r) cautelar paralisa concorrência para obras do Porto do Rio de Janeiro/RJ;
- s) fiscalização encontra falhas em obras da Ferrovia Norte-Sul;
- t) determina aplicação de multas nas obras de construção da Ferrovia Norte-Sul (FNS);
- u) encontra novas irregularidades em obras da BR-440/MG;
- v) encontra irregularidades em obras da BR-364, no Acre;
- w) encontra indícios de superfaturamento nas obras da BR-386/RS;
- x) aprova primeiro estágio de outorga de serviço de transporte rodoviário interestadual de passageiros;
- y) projetos de infraestrutura em transportes enfrentam precariedade de estudos;
- z) radares em estradas federais estão aquém do previsto;
- aa) fiscalização gera economia de R\$ 6 milhões em obras do Aeroporto de Florianópolis;
- bb) obras do Aeroporto de Confins/MG apresentam indícios de irregularidades;
- cc) Auditoria do TCU identifica sobrepreço de 74 milhões em obra em Tocantins;
- dd) construções de terminais fluviais na Região Norte têm superfaturamento e fiscalização deficiente;
- ee) Irregularidades em contratos da BR-364/MT serão apuradas em tomadas de contas especiais;

1.1.3 Infraestrutura – Comunicações

- a) fiscalizações geram melhorias na atuação da Anatel;

7EE0D77825

7EE0D77825



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

- b) acompanha o processo de outorga da telefonia móvel 4G;
- c) reitera determinações e recomendações à Anatel sobre qualidade dos serviços de telefonia;
- d) aprova primeiro estágio de licitação para 4G;
- e) aprova com ressalva modelo de outorga das franquias dos Correios;
- f) determina melhorias para sistema de gestão dos Correios;

1.1.4 Saúde

- a) aponta baixa adesão de hospitais gerais na habilitação de leitos para dependentes químicos;
- b) Auditoria no Sisnad: verifica insuficiência de Centros de Atenção Psicossocial - Caps no Brasil;
- a) aponta falhas no Sistema Nacional de Transplantes;
- b) sugere concessão de mais verba para a Saúde;
- c) encontra irregularidades em entrega de motolâncias;
- d) acompanha processo para ressarcir o SUS;
- e) avalia atuação da Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos;

1.1.5 Integração Nacional e Meio Ambiente

- a) apresenta diagnóstico de compromissos assumidos pelo Brasil na Rio-92;
- b) verifica baixo investimento no controle de processos erosivos do Rio São Francisco

1.1.6 Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Esporte

- a) Auditorias em acumulação indevida de cargos em universidades seguem até 2013;
- b) determina utilização de sistema informatizado para gestão do livro didático;
- c) propõe melhorias operacionais para o Sistema de Convênios do Governo Federal;

7EE0D77825

7EE0D77825



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

- d) avalia mecanismos sustentadores de sistemas integrados de gestão em cinco empresas;
- e) fiscaliza projeto de inovação e contratações envolvendo *offset*;
- f) detecta falta de atualização nos dados da Copa;
- g) autoriza liberação de crédito para construção da Arena da Amazônia;
- h) realiza acompanhamento em obras da Copa;
- i) Atuação do TCU economiza R\$ 2,4 milhões nas obras da Copa em Salvador;
- j) verifica que renúncias para a Copa totalizam R\$ 1,08 bilhão;
- k) encontra deficiências em projetos de ginásios esportivos escolares;
- l) constata irregularidades em convênios celebrados pelo Ministério da Cultura;

1.1.7 Planejamento e Desenvolvimento Urbano

- a) discute terceirização com Governo Federal;
- b) reforça necessidade de substituição de terceirizados em empresas estatais;
- c) determina suspensão da regularização de áreas no Jardim Botânico do Rio de Janeiro (JBRJ);
- d) determina à Caixa que exija estudos de sondagens de projetos básicos de obras;

1.1.8 Fazenda, Desenvolvimento e Turismo

- a) propõe medidas para evitar fraudes em crédito habitacional da Caixa
- b) fiscalizará a dívida pública dos entes federados com a União;
- c) alerta quanto a atraso nas ações para a Copa do Mundo;
- d) detecta indícios de irregularidades em obras para as Olimpíadas;
- e) identifica sobrepreço em obras da Arena da Amazônia;
- f) autoriza manutenção de convênio entre Ministério da Fazenda e GEAP;
- g) verifica irregularidades em sistema de gestão da Casa da Moeda;

7EE0D77825

7EE0D77825



- h) verifica inconsistências no sistema de informação da dívida pública;
- i) realiza acompanhamento de outorga em Porto Seco de Salvador/BA;
- j) autoriza exploração de porto seco em Pernambuco;
- k) fiscaliza aplicação de recursos em obras de saneamento e habitação;
- l) encontra irregularidades no PAC em Santarém/PA;

1.1.9 Justiça e Defesa

- a) encontra deficiências de infraestrutura nas delegacias de fronteira;
- b) auditoria encontra falhas na repressão ao tráfico de drogas na região de fronteira;
- c) auditoria aponta que bens do tráfico de drogas demoram a ser vendidos;
- d) detecta problemas nos controles migratório e alfandegário em aeroportos internacionais do Brasil;
- e) aponta irregularidades em obras para construção do Centro de Instrução e Adaptação da Aeronáutica (Ciaar), em Lagoa Santa/MG;

1.1.10 Poderes do Estado e Representação

- a) aponta fragilidades em controle de recursos de postos diplomáticos

1.1.11 Agricultura e Desenvolvimento Agrário

- a) constata falhas em edital do Projeto de Integração do Rio São Francisco;
- b) identifica irregularidades em pregões do Ministério da Pesca para compra de lanchas patrulhas;
- c) vistoria Programa contra Febre Aftosa;
- d) identifica fragilidades em política governamental para escoamento da produção agrícola;
- e) recomenda melhorias para ações de defesa agropecuária;
- f) realiza auditoria em Política de Garantia de Preços Mínimos da Conab;

7EE0D77825

7EE0D77825



- g) irregularidades em terminal pesqueiro do Rio causam prejuízo de R\$ 1,4 milhão;
- h) constata falhas em Programa de Crédito Fundiário;
- i) Tribunal constata irregularidades em assentamentos no Paraná;

1.1.12 Trabalho, Previdência e Assistência Social

- a) fiscalização gera benefícios de mais de R\$ 1,2 bilhão;
- b) Auditoria no Sisnad: identifica comunidades terapêuticas sem licença sanitária;
- c) determina medidas para teleatendimento da Previdência;
- d) avalia sistema de arrecadação de multas administrativas;
- e) determina medidas para substituição de terceirizados;
- f) constata irregularidades graves em gestão pública de TI;
- g) determina que emissão de certidões cíveis e criminais seja gratuita no DF;
- h) reforça necessidade de certidão de débitos trabalhistas em contratações;
- i) identifica déficit nos regimes da previdência pública;
- j) aponta pouca acessibilidade a prédios e serviços públicos;

1.2 Estrutura do TCU

Consta do Relatório que o Tribunal inicia 2013 com nova estrutura, conforme o disposto na Resolução-TCU nº 253, aprovada no final de 2012. A atual organização da Secretaria do TCU foi mais uma iniciativa na busca pela excelência do controle e estabeleceu a atuação das unidades técnicas responsáveis pelas fiscalizações por especialização.

A clientela do TCU agora está distribuída por quatro coordenações-gerais de controle externo: Social, Serviços Essenciais ao Estado, Desenvolvimento Nacional e Infraestrutura. Cada uma dessas coordenadorias desdobra-se em secretarias especializadas em temas como Educação, Saúde, Desenvolvimento Econômico e Administração do Estado. Foi criada, ainda, uma secretaria específica para fiscalizar contratações de bens e serviços de apoio logístico dos órgãos federais.

7EE0D77825

7EE0D77825



1.3 Atividade de Controle Externo

No período, foram concluídas 1.353 fiscalizações, envolvendo um esforço de 72.898 Homens-Dia de Fiscalização (HDF). Ao término do período estavam em andamento 85 fiscalizações. Do total do ano, 22,67% (326) foram solicitadas pelo Congresso Nacional e o restante, 77,33% (1.112), foi de iniciativa do próprio Tribunal.

No ano de 2012 houve um aumento de 45,3% no número de fiscalizações concluídas frente ao ano de 2011.

Além disso, no período, foram autuados 5.622 processos referentes à matéria de controle externo e apreciados, de forma conclusiva, 5.738 processos de mesma natureza.

O TCU também aprecia, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal e de concessão de aposentadoria, reforma e pensão. No trimestre, foram autuados 115.940 atos de pessoal e apreciados 105.157 atos dessa natureza.

1.4 Medidas Cautelares

No ano de 2012 foram adotadas 132 cautelares contra atos e/ou procedimentos de órgãos ou entidades, as quais envolviam a aplicação de recursos públicos federais da ordem de R\$ 13,96 bilhões, valor 51,7% superior ao aferido no ano de 2011, de R\$ R\$ 9,2 bilhões.

1.5 Julgamento de Contas, Condenações e Sanções

O Tribunal aprovou, no ano de 2012, nova regulamentação para a organização dos processos de contas. Trata-se da Instrução Normativa - TCU nº 71, de 28.11.2012. As principais mudanças instituídas pelo normativo são relativas ao valor mínimo para instauração de TCE e ao prazo de encaminhamento desse tipo de processo ao TCU.

Agora, o valor mínimo previsto é de R\$ 75 mil. A instrução normativa anterior estipulava o valor mínimo em R\$ 23 mil. Quanto ao prazo, a nova instrução normativa

7EEOD77825

7EEOD77825



prevê encaminhamento ao Tribunal em até 180 dias, a contar do término do exercício financeiro em que se instaurou a tomada de contas especial. Antes, esse tempo era flutuante e determinado de acordo com o caso e com as limitações impostas à disponibilidade das informações.

Entre os 1.840 processos de contas e contas especiais apreciados de forma conclusiva no período, 923 (50,16%) condenaram 1.757 responsáveis ao pagamento de multa ou ao ressarcimento de débito. Além disso, em outros 150 processos de fiscalização, denúncia ou representação, foram aplicadas multas a 381 responsáveis.

Nos processos de contas, os responsáveis foram condenados ao pagamento de multa ou ressarcimento de débito no valor de R\$ 1,30 bilhão, atualizados até a data de 31.12.2012. Em outros processos, foram aplicadas multas que totalizaram R\$ 3,3 milhões.

1.6 Atuação do Ministério Público junto ao TCU

No ano de 2012, foram autuados 3.007 processos de cobrança executiva, envolvendo cerca de R\$ 1,63 bilhão. No mesmo período, o Ministério Público junto ao TCU emitiu parecer em 15.826 processos. O quadro a seguir apresenta o quantitativo de pareceres emitidos por tipo de processo.

1.8 Solicitações do Congresso Nacional e de Parlamentares

Durante o 4º trimestre de 2012, foram autuados 34 processos de solicitação do Congresso Nacional. No mesmo período, foram apreciados 21 processos dessa natureza. Ao final do trimestre, estavam em tramitação, no Tribunal, 74 processos de solicitação do Congresso Nacional.

Além disso, o TCU participou de diversas reuniões e audiências públicas promovidas pelas comissões técnicas de ambas as Casas do Congresso Nacional.

1.9 Atuação Internacional

O TCU mantém relações de cooperação com Entidades Fiscalizadoras Superiores (EFS) de vários países. A cooperação vai desde o mero atendimento a

7EE0D77825

7EE0D77825



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

pesquisas e outras trocas de informações até a organização de atividades de treinamento e intercâmbio técnico.

Não obstante encontrarem-se em vigor vários acordos bilaterais celebrados entre o Tribunal e outras EFS, maior ênfase tem sido dada à cooperação técnica que se desenvolve no contexto de acordos multilaterais de cooperação. Além de manter intercâmbio com entidades da Organização Internacional de Entidades Fiscalizadoras Superiores (Intosai) e de um de seus grupos regionais, a Organização Latino-Americana e do Caribe de Entidades Fiscalizadoras Superiores (Olacefs), o Tribunal mantém cooperação com a Organização das Instituições Supremas de Controle (ISC) da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e da Organização das Entidades Fiscalizadoras Superiores dos Países do Mercosul, Bolívia e Chile.

No âmbito da Intosai e da Olacefs, o TCU participa, como coordenador ou membro, de comissões técnicas e grupos de trabalho, conforme o quadro adiante.

1.10 Planejamento Anual

O Mapa Estratégico do TCU prevê quatro diretrizes de resultados para a atuação do Tribunal de Contas da União: contribuir para a melhoria da gestão e do desempenho da Administração, contribuir para transparência dos gastos e ações governamentais, coibir a ocorrência de fraudes e desvios de recursos, e condenar efetiva e tempestivamente os responsáveis por irregularidades e desvios de recursos. Por fim, cabe ressaltar que o planejamento materializado neste plano é dinâmico e precisa ser constantemente avaliado e aprimorado.

Consta do Relatório que, nos últimos anos, o Tribunal tem dado especial ênfase à função de planejamento, de forma a estabelecer prioridades e melhor atender às expectativas e às demandas da sociedade e do Congresso Nacional. O estabelecimento de metas desafiadoras de desempenho, alinhadas às estratégias institucionais, tem contribuído para melhoria dos resultados, aperfeiçoamento da gestão de recursos e desenvolvimento progressivo da Organização.

As metas estabelecidas pelo TCU no Plano de Diretrizes para o período de janeiro a dezembro de 2012 foram distribuídas ao longo do período, para fins de

7EE0D77825

7EE0D77825



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

acompanhamento e avaliação do seu grau de execução. O índice de alcance das metas pactuadas para o período alcançou o valor de 100,02%.

1.11 Gestão de Pessoas

O quadro de pessoal da Secretaria do TCU dispõe de 2.695 cargos efetivos, dos quais 2.657 estavam ocupados no final do exercício de 2012.

1.12 Recursos Humanos e Financeiros

O orçamento do Tribunal para o ano de 2012 apresentou dotação de R\$ 1,3 bilhão, dos quais R\$ 1,1 corresponde a despesas com pessoal (87,9%).

É o relatório.

2 VOTO

Do exposto, observa-se que o TCU agiu dentro de suas competências constitucionais e legais no período em exame, tendo, inclusive, nos termos relatados, adotado as providências pertinentes junto aos órgãos e entidades auditados com vistas à correção das irregularidades detectadas. Em consequência, **VOTO** no sentido de que esta Comissão tome conhecimento do Relatório Anual de Atividades do TCU relativo ao exercício de 2012 daquela Corte de Contas e determine o seu arquivamento.

Sala da Comissão, em de de 2013

Deputado **FÁBIO RAMALHO**

Relator

7EE0D77825

7EE0D77825